

Código pela ética

por Barbosa Neto

As medidas moralizadoras adotadas pela Câmara dos Deputados para melhorar a imagem do parlamento junto à opinião pública, nada mais são do que exigências da própria sociedade brasileira. Nesse sentido, a aprovação do pacote ético - um conjunto de medidas que visa reduzir prerrogativas parlamentares e garantir instrumentos que permitam punir deputados por má conduta - é mais um avanço.

Temas como imunidade parlamentar, sigilo bancário e financiamento público de campanha são algumas das questões em discussão no Congresso Nacional, juntamente com a criação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, composto por 15 deputados, que dará agilidade às sindicâncias contra os próprios deputados.

Outro avanço é o projeto que restringe a utilização de Medidas Provisórias, aprovado pela Câmara e sob apreciação do Senado. Uma decisão que veio restabelecer o equilíbrio entre os Poderes rompido pelo uso indiscriminado das medidas. A consequência imediata da decisão é trazer de

volta para o Congresso o poder de legislar, restaurando a dignidade do Legislativo.

Essas são medidas necessárias que vêm trazer instrumentos de fiscalização interna, já que o Regimento Interno da Câmara muitas vezes engessa decisões que poderiam ser tomadas pela Corregedoria. A principal motivação dessas propostas deriva dos episódios envolvendo denúncias e cassações dos principais líderes do Senado. É resultado também do discurso de campanha da atual Mesa Diretora da Câmara que prometeu fortalecer o Legislativo.

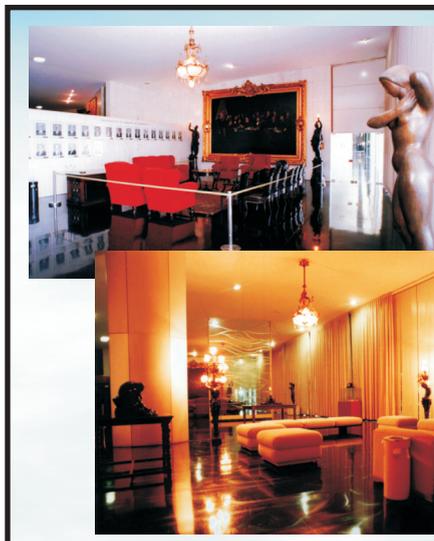
As medidas adotadas em favor da ética já vêm sendo tomadas desde a posse da atual Mesa Diretora no início do ano - que, primeiramente, criou a Ouvidoria Geral da Câmara, entregue ao deputado Antônio Fleury (PTB-SP). Um órgão voltado para atender o cidadão, para receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas contra o Parlamento.

Agora, a Câmara dos Deputados cria a Comissão de Legislação Participativa que será coordenada pela não menos competente deputada Luiza Erundina (PSB-SP). Esse novo órgão será encarregado de cuidar da tramitação de projetos sugeridos por entidades civis. Cada vez mais a atual Mesa Diretora abre o Parlamento à participação popular.

Ao ampliarmos as atribuições da Corregedoria Geral, estamos optando pela criação de instrumentos que vão nos permitir coibir abusos praticados por uma minoria de deputados. Com 513 deputados, a Câmara tem a sua maioria parlamentar atuando de forma equilibrada e responsável. Mas, uma minoria obriga a instituição a adotar medidas de defesa do Parlamento.

Atualmente, existem diversos processos na Corregedoria pedindo punições a deputados. E é em nome da sociedade brasileira que pretendemos agir de forma enérgica em defesa da instituição, pois institucionalizar a democracia é tarefa de todos os cidadãos e, em especial, de seus representantes.

Barbosa Neto é deputado federal, vice-presidente e Corregedor-Geral da Câmara, e foi relator do Código de Ética.



MUSEU DO SENADO FEDERAL

Horários de visitas

Segundas, terças e quartas de 9 às 12h30
Quintas e sextas de 14 às 18h

Finais de semana e feriados

Tour com guia às 10, 11, 12, 13 e 14h

Telefones: (61) 311.4029

(61) 311.4331 - Agendamento de visitas